



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
CPMI DA PETROBRAS

REQUERIMENTO Nº ____ de 2014

CPMI-PETRO

**Requerimento
Nº 577/14**

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam REQUISITADAS as cópias de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, da “Due diligence”, realizada por força-tarefa formada por seis gerências executivas subordinadas ao Departamento Financeiro (DFIN) da Petrobras, que iniciou o trabalho em 14 de dezembro de 2007 e entregou o relatório em 15 de fevereiro de 2008.

Senhor(a) Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do SF), requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO de cópia de inteiro teor, inclusive em

Keny Cristina R. Martins
Analista Legislativo
Mat. 221.004

02/06/2014

15645



meio eletrônico, da "Due diligence", realizada por força-tarefa formada por seis gerências executivas subordinadas ao Departamento Financeiro (DFIN) da Petrobras, que iniciou o trabalho em 14 de dezembro de 2007 e entregou o relatório em 15 de fevereiro de 2008.

JUSTIFICATIVA

Antes de entrar na sociedade de Pasadena, a polêmica refinaria no Texas, a Petrobras avaliou os aspectos jurídicos e financeiros do projeto em apenas 20 dias - prazo que a própria estatal reconheceu ser "muito curto" conforme revelou O GLOBO - depois que surgiram os desentendimentos com o grupo belga Astra, a empresa realizou nova Due diligence no projeto, desta vez, num prazo mais demorado, de dois meses.

A nova Due diligence , espécie de auditoria em documentos e livros contábeis que é praxe em fusões e aquisições, fez parte do processo de compra dos 50% restantes da empresa. Para isso, a Petrobras criou uma "força-tarefa", formada por seis gerências executivas subordinadas ao Departamento Financeiro (DFIN), no fim de 2007.

A informação sobre a nova avaliação consta de partes dos documentos às quais O GLOBO teve acesso. Um deles revela que a força-tarefa iniciou os trabalhos no dia 14 de dezembro de 2007 e entregou o relatório em 15 de fevereiro de 2008, dia em que a diretoria internacional submeteu à apreciação da diretoria executiva da estatal



a proposta de aquisição, para, em seguida, remeter ao conselho de administração.

O objetivo desse grupo era "participar no processo de due diligence , bem como planejar as providências a serem tomadas no âmbito da área financeira".

Em 3 de fevereiro de 2006, o conselho de administração já havia aprovado a compra dos 50% iniciais da refinaria e sua trading por US\$ 360 milhões. Ao todo, considerando as duas etapas da aquisição, a Petrobras desembolsou US\$ 1,2 bilhão pela refinaria, incluindo despesas com o processo de arbitragem internacional.

O documento do dia 15 de fevereiro de 2008 traz o relatório do grupo de trabalho com a análise das informações financeiras do grupo belga e destaca alguns pontos de atenção e recomendação.

Chamado de "Encaminhamento do relatório de Due diligence do Projeto 50+", o documento diz que foram realizadas três reuniões entre as gerências de Financeiro Corporativo, Contabilidade, Tributário, Finanças, Relacionamento com Investidores e Planejamento Financeiro.

A equipe destacou "pontos de atenção e recomendações". Entre as observações, está o alerta de que a Petrobras teria de quitar uma dívida de US\$ 10 milhões de uma das empresas da Astra. O relatório destacou ainda que a estatal poderia ter de arcar com uma contingência fiscal, já que a Astra, ao comprar a



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
CPMI DA PETROBRAS

refinaria da empresa Crown, em 2005, não teria feito a renovação dos benefícios fiscais e aduaneiros. A estimativa, diz o relatório, era de uma contingência de US\$ 5,68 milhões entre 2006 e 2007.

Ante o exposto, entende-se necessária a requisição de cópia de inteiro teor, inclusive em meio eletrônico, da “Due diligence”, realizada por força-tarefa formada por seis gerências executivas subordinadas ao Departamento Financeiro (DFIN) da Petrobras, que iniciou o trabalho em 14 de dezembro de 2007 e entregou o relatório em 15 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2014.

IRALI

Yaceli

[Assinatura]